



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Os vencimentos dos funcionários são actualizados anualmente por causa da inflação, entre outros factores económicos, com vista a ajudar os funcionários a manter a qualidade adequada de vida. Isto é compreensível. Porém, há um outro grupo que mantém a sua vida graças ao erário público e que parece ignorado. Uma grande parte dos indivíduos com idade superior a 65 anos sobrevive à custa da pensão para idosos do Fundo de Segurança Social (FSS) e o montante desta pensão deve ser actualizado tendo em conta o índice de preços no consumidor. Há ainda outros grupos sociais vulneráveis, que ganham pouco ou não têm rendimentos e sobrevivem à custa do apoio económico do Instituto de Acção Social (IAS). O montante do apoio económico para as famílias é fixado pelos serviços públicos tendo em conta o índice mínimo de subsistência. Se o índice não for actualizado atempadamente, os beneficiários do respectivo apoio não vão conseguir sobreviver e, em consequência, o apoio vai perder o seu significado.

Porém, o actual valor do risco social, de 4 mil e 50 patacas para agregado familiar com uma só pessoa, entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2016, e não foi actualizado durante os últimos 22 meses. A pensão para idosos atribuída mensalmente pelo FSS, de 3 mil 450 patacas, também não é actualizada há 16 meses, desde 1 de Julho de 2016. O Governo não explicou por que razão esses dois montantes não foram actualizados, nem assumiu o compromisso de os actualizar. Até parece que o Governo não se preocupa com aqueles que



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

recebem esses montantes. A não actualização da pensão para idosos contraria a política do Governo de respeito e consideração por eles, e também o disposto no artigo 38.º da Lei Básica, de que os idosos e os deficientes gozam do amparo e protecção do Governo da RAEM. Por isso, não surpreende que alguns brinquem, afirmando que os governantes só se lembram de actualizar os salários na Função Pública, esquecendo-se dos grupos vulneráveis que dependem da pensão para idosos e de apoios financeiros para subsistência.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O actual valor do risco social entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2016 e não foi actualizado durante os últimos 22 meses. Poderão as autoridades explicar o fundamento e a razão de não actualizarem o respectivo montante? Quando é que se vai proceder à respectiva actualização? Será que o reajustamento consegue colmatar a diferença resultante do facto de os respectivos valores não serem actualizados há muito tempo?
2. A pensão para idosos de 3 mil 450 patacas não é actualizada há 16 meses, desde 1 de Julho de 2016. Poderão as autoridades explicar o fundamento e a razão de não actualizarem o respectivo montante? Quando é que se vai proceder à respectiva actualização? Será que o reajustamento consegue colmatar a diferença resultante do facto de os respectivos valores não serem actualizados há 16 meses?
3. O Governo da RAEM tem salientado a concretização da política de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

respeito e consideração pelos idosos. A fim de garantir que os idosos possam obter apoio familiar e social adequado, promovendo o seu bem-estar, o Governo procedeu a três consultas públicas, respectivamente, de 1 a 30 de Novembro de 2008, de 23 de Junho a 8 de Agosto de 2011 e de 29 de Junho a 12 de Agosto de 2012. As três consultas públicas foram: primeira fase da consulta pública sobre a garantia aos idosos, consulta pública sobre o enquadramento da Lei de Bases dos Direitos e Garantias dos Idosos, e consulta pública sobre a proposta de lei de bases dos direitos e garantias dos idosos. Porém, apesar destas consultas tão rigorosas, nada mais se viu. Esta proposta de lei desapareceu completamente, desde Janeiro de 2013 até agora, um período de cerca de 5 anos, e as autoridades nunca deram uma resposta directa. Afinal, será que as autoridades entendem que não é necessário tomar atenção aos direitos e interesses dos idosos? Ou será que entendem que não é necessário proteger através da lei? Caso contrário, porque é que este programa legislativo ficou morto?

13 de Outubro de 2017

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Au Kam San